

MANIFESTO

A política contemporânea mundo a fora sofre uma forte crise de legitimidade e derivada em parte da percepção dos cidadãos de que o sistema político representativo das Repúblicas Democráticas carece de maior efetividade para a resolução de problemas sociais, culturais e econômicos que assolam as sociedades modernas. A percepção geral por parte dos cidadãos é de que as instituições civis e públicas são inoperantes; e isso deriva muitas vezes de um problema de sincronia entre a velocidade como se formam as demandas dos cidadãos e a capacidade responsiva e de tomada de decisões por parte das Instituições civis (Partidos políticos, Sindicatos, Ongs) e públicas (Executivo, o Parlamento e o Judiciário) que conformam as Governanças locais.

São vários os estudos que confirmam a crescente frustração e desilusão de uma expressiva parcela dos cidadãos para com as instituições tradicionais dos governos e suas formas de democracia representativa. Além disso, boa parte desse sentimento negativo se dirige como insatisfação às velhas formas de engajamento e participação civil nos processos de construção de projetos políticos e tomadas de decisões no âmbito do Parlamento (Norris, 1999; Rosenthal, 1997; Baldassare, 2000). Mas, a questão que se impõe é porque essa percepção negativa da democracia representativa irrompeu de forma tão significativa e com tanta força nos dias correntes? Seria apenas uma constatação corriqueira de que as formas políticas são extremamente lentas e inoperantes, ao mesmo tempo que distantes do cidadão? A resposta parece estar no advento das novas tecnologias de comunicação que ganharam forma e corpo nos meados da década de 90 e conquistaram o mundo sob a forma de Redes Sociais. Pode-se afirmar que a comunicação entre os organismos públicos e os cidadãos tornou-se um imperativo para as Governanças.

As exigências históricas por transparência, por publicidade das informações, por eficácia nos mais diversos domínios da gestão pública ganharam um aliado fundamental com adventos das novas tecnologias de comunicação digital: os Apps interativos. O E-Government é hoje um projeto universal baseado em demandas vitais das sociedades modernas e que avança sobre quase todas as áreas da esfera governamental e política. Mas existem dificuldades para acomodar velhos hábitos políticos, culturais e de gestão inerentes às velhas formas de relação com a informação e a prestação de serviços públicos.

No Brasil e no mundo, durante o processo eleitoral, é notório o uso dos apps das Redes Sociais como meio para propaganda, para o debate de ideias e o enfrentamento político. Não obstante, apesar da intimidade com o uso destes aplicativos durante o processo eleitoral, os representantes eleitos (Senadores, Deputados e Vereadores) mantém pouco contato qualificado após o pleito com os seus eleitores, e quando o fazem, realizam por intermédio de instrumentos pouco eficazes - mais sob a lógica da propaganda do que sob o processo de interação e diálogo no qual o eleitor pode ter um controle social e político da sua representação, observando a formação do seu juízo em relação a pauta de matérias do parlamento.

A postura de distanciamento após o pleito reafirma a percepção, mencionada acima, de que os políticos estão situados em uma redoma, a qual os seus eleitores não têm acesso e nem podem,

para eles, efetivamente manifestar suas opiniões e posições. Essa percepção se torna mais sólida quando acrescida do fato de que somente são chamados a alguma forma de interação e participação política durante o período eleitoral. A reivindicação crítica das sociedades modernas contemporâneas, de que o representante deve estar próximo e atento ao seu eleitorado, ouvindo suas sugestões e demandas, consultando-lhe quando da tomada de decisões no parlamento, é hoje plenamente possível através das tecnologias digitais.

Nunca na história da democracia ocidental, devido ao avanço tecnológico, a possibilidade clara de decisão compartilhada foi tão viável; essa é outra percepção importante por parte do eleitorado e que está por trás da reivindicação por maior compartilhamento de informações durante o processo de decisão e voto parlamentar do seu representante. Essa demanda por participação, compartilhamento, supervisão e colaboração corroboram a ideia de que o cidadão ainda vê na democracia valores e práticas importantes e que podem ser aperfeiçoadas através de mecanismos de comunicação.

A adoção de meios digitais, apps de Redes Sociais é, para o cidadão, portanto, uma forma de manutenção efetiva de sua cidadania. Através dele, poderá, ao longo do exercício parlamentar, manter contato com seu representante, colaborando com posicionamentos e propostas e supervisionando suas ações.

Para o Político, é uma forma imediata de consulta, de interação e de mediação que favorece o seu juízo crítico sobre suas práticas políticas e conduta parlamentar, permitindo-lhe adotar as estratégias que melhor o legitimem junto a sua base eleitoral.